Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	14
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	15
10.5 - Políticas contábeis críticas	34
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	35
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	36
10.8 - Plano de Negócios	37
10.9 - Outros fatores com influência relevante	38

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

O principal risco de mercado a que o Emissor está exposto é o risco cambial, risco esse naturalmente decorrente de sua atividade exportadora. Esse risco advém dos efeitos da variação cambial sobre o contas a receber de clientes no exterior, sobre o valor dos contratos de exportação firmados e sobre o valor dos Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACC).

No encerramento do exercício de 2012, os valores sujeitos à variação cambial eram:

Contas a receber de clientes no exterior:
 R\$ 23.637.923,00

• Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (ACC): R\$ 21.785.478,00

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mero

O gerenciamento dos riscos associados à variação cambial se faz mediante operações de adiantamento de contratos de exportação (ACE) e adiantamentos de contratos de câmbio (ACC).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Considerada a situação atual, não há alterações significativas dos riscos de mercado do Emissor em relação aos presentes em 31 de dezembro de 2011.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Em 31 de dezembro de 2012 o Emissor tinha parte de suas disponibilidades - R\$ 8.495.143,00 aplicadas em títulos e valores mobiliários, substancialmente representados por ações de VALE, OGX, HRT, GERDAU e PETROBRÁS. Esses ativos representavam na data apenas 10,31% do valor total das disponibilidades do Emissor - R\$ 82.368.656,00, entendido como tal o conjunto de ativos de liquidez imediata. Esses títulos estão sujeitos ao risco correspondente às flutuações das cotações dos referidos papéis na Bolsa de Valores.

A Diretoria da Companhia entende que as condições financeiras e patrimoniais gerais da Companhia, são adequadas, permitindo que a Companhia cumpra suas obrigações de curto, médio e longo prazos, bem como, colocando-a em condições de fazer frente a novas oportunidades, não existindo fatos para acreditarmos que tal situação seja alterada de forma significativa em um curto espaço de tempo.

a) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A Diretoria considera que as estrutura atual de capital da Companhia é adequada.

i. hipótese de resgate

Não há um programa para resgate de ações.

ii. fórmula de cálculo de resgate

Não aplicável.

b) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria da Companhia, através do controle e planejamento constante dos seus ativos e passivos financeiros, entende que inexiste uma sinalização negativa em relação à sua capacidade de pagamento dos seus compromissos financeiros. As dívidas da Companhia são representadas por financiamentos junto ao BNDES, seus agentes financeiros, com características de longo prazo e taxas de juros de mercado, conforme informações disponíveis nos sites da CVM - Comissão de Valores Mobiliários e da BM&FBovespa e, colocadas à disposição dos Acionistas na sede da Companhia. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentava disponibilidades no montante de R\$ 73.873.513,00 (setenta e três milhões, oitocentos e setenta e três mil e quinhentos e treze reais) e dívidas financeiras de R\$ 49.196.373,00 (quarenta e nove milhões, cento e noventa e sei mil e trezentos e setenta e três reais) resultando em um caixa líquido no montante de R\$ 24.677.140,00 (vinte e quatro milhões, seiscentos e setenta e sete mil, cento e quarenta reais).

c) fontes de financiamentos para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A principal fonte utilizada para o financiamento de capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas pela Companhia, são originários do BNDES através dos seus agentes fiduciários.

d) fontes de financiamentos para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez

A Diretoria entende que, com a manutenção dos resultados positivos e da geração de caixa obtidos nos últimos anos, no momento, não ser necessário recorrer a Instituições Financeiras. Porém, poderá utilizar linhas especiais com taxas de juros subsidiadas para financiar o seu capital circulante e não circulante.

e) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:

A Companhia apresenta abaixo seus níveis de endividamento, de forma consolidada, no exercício encerrado em 31.12.2012:

		Controladora		Conso	lidado
Taxa média de re	muneração das	2012	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>aplicaçõe</u>	es em %				
Caixa e Bancos		792.883	580.409	794.364	601.369
Aplicações					
Financeiras em	Vinculada à				
Certificados de	variação do CDI	73.080.630	94.512.738	73.491.229	94.740.708
Depósito Bancário					
		73.873.513	95.093.147	74.285.593	95.342.077

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

- INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

CONTROLADORA e CONSOLIDADO (Em Rea				
<u>MODALIDADE</u>	ENCARGOS FINANCEIROS	2012	2011	
Ativo Imobilizado	TJLP + juros de até 1,80% a.a.	181.602	1.538.574	
Ativo Imobilizado	Juros de 5,50% a.a.	282.789	381.883	
Capital de Giro	Juros de até 4,50% a.a.	26.946.504	57.644.473	
Capital de Giro	VC + juros de até 3,00% a.a.	21.785.478	26.963.351	
Total de Empréstimos		49.196.373	86.528.281	
Circulante		(49.003.595)	(58.847.125)	
Não Circulante		192.778	27.681.156	

As parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de	2012	2011
vencimento:		
2013	-	27.413.547
2014	108.178	183.009
2015	<u>84.600</u>	<u>84.600</u>
	192.778	27.681.156

Os financiamentos destinados ao capital de giro são garantidos por avais dos Diretores e aqueles destinados ao ativo imobilizado através de alienação fiduciária e não possuem cláusulas restritivas ao descumprimento de metas (covenants).

ii. outras relações de longo prazo com Instituições Financeiras

Não se aplica a Companhia.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica a Companhia.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não se aplica a Companhia.

f) limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui limites de utilização dos financiamentos já contratados.

g) alterações significativas em cada item das Demonstrações Financeiras

A Companhia apresenta a tabela abaixo, com a comparação dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - (Em Reais)

	2000	Controladora	- CPCs	Consolidado	- IFRS
Ativo	Nota	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e equivalentes de caixa	3	73.873.513	95.093.147	74.285.593	95.342.077
Títulos e valores mobiliários	4	8,495,143	9.037.042	8.495.143	9.037.042
Contas a receber	5	44.962.340	38.735.593	44,968.483	38.738.581
Estoques	6	37.984.248	47,844.830	37.984.248	47,844,830
Tributos a recuperar	7	9.066.984	8.441,540	9.066.984	8.441.540
Outras contas la receber	8	2.807.802	3.464.622	2.787.106	3.468.761
Despesas antecipadas		131.720	140,449	131,720	140.449
Total do ativo circulante		177.321.750	202.757.223	177.719.277	203.013.280
Outros créditos	9	1.736.532	1.190.547	1.736.532	1.190.547
Impostos diferidos	10	1.728.005	1.527.348	1.728.005	1.527.348
Investimentos	11	10.416.538	10.350.090	160.000	160.000
Imobilizado	12	70,571,524	70.718.590	80.450.019	80,676,464
Total do ativo não circulante	27	84.452.599	83,786.575	84.074.556	83.554.359
Total do ativo		261.774.349	286.543.798	261.793.833	286.567.639

		Controladora	- CPCs	Consolidado	- IFRS
Passivo	Nota	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Fornecedores		4.818.457	5.369.991	4.819.546	5.370.771
Empréstimos e financiamentos	13	49.003.595	58.847.125	49.003.595	58.847.125
Salários e encargos sociais		2.806.039	3.608.454	2.806.039	3.611.265
Obrigações tributárias	14	2.201.401	2.398.910	2.216.025	2.409.072
Férias e encargos sociais		2.143.862	2.329.491	2.147,633	2.339.579
Participação dos empregados	15	1.311.982	1.265.035	1.311.982	1.265.035
Participação dos administradores	16	2.466.786	1.981.888	2.466.786	1.981.888
Comissões e fretes sobre vendas		2.223.932	1.995.974	2.223.932	1.995.974
Outras contas a pagar		1.795.892	1.097.828	1.795.892	1.097.828
Total do passivo circulante		68.771.946	78.894.696	68.791.430	78.918.537
Empréstimos e financiamentos	13	192.778	27.681.156	192.778	27.681.156
Provisões para contingências	17	2.873.053	2.788.053	2.873.053	2.788.053
Impostos diferidos	10	11.474.336	11.116.674	11.474.336	11.116.674
Total do passivo não circulante		14.540.167	41.585.883	14.540.167	41.585.883
Total do passivo		83.312.113	120.480.579	83.331.597	120.504.420
Patrimônio líquido	18				
Capital social		100.000.000	100.000.000	100.000.000	100.000.000
Reservas de lucros		59.436.123	45,476,377	59.436.123	45,476,377
(-) Ações em tesouraria		(438.878)	(112.779)	(438.878)	(112.779)
Outros resultados abrangentes	9	19.464.991	20.699.621	19.464.991	20.699.621
Total do patrimônio líquido		178.462.236	166.063.219	178.462.236	166.063.219
Total do passivo e patrimônio líquido		261.774.349	286.543.798	261.793.833	286.567.639
Valor patrimonial por ação	18,a	18,31554	17,01404	18,31554	17,01404

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS - (Em Reais)

		Controladora	- CPCs	Consolidad	o - IFRS
	Nota	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		267.882.551	251.745.432	268.078.057	251.840.089
Mercado interno		204.021.322	198.176.852	204.216.828	198.271.509
Mercado externo		63.861.229	53.568.580	63.861.229	53,568,580
Impostos sobre vendas	5	(43.406.876)	(41.856.002)	(43.448.374)	(41.884.094)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		224.475.675	209.889.430	224.629.683	209.955.995
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	19	(156.959.291)	(150.738.223)	(156.953.683)	(150.771.443)
LUCRO BRUTO		67.516.384	59.151.207	67.676.000	59.184.552
DESPESAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	15,16,e 20	(17.041.311)	(15.678.401)	(17.157.457)	(15.808.336)
Comvendas	19	(26.345.537)	(24.317.332)	(26.345.537)	(24.317.332)
Outras receitas/(despesas) operacionais		524.537	(137.880)	570.537	(119.380)
Resultado de equivalência patrimonial	11	87.144	(82.933)	<u> </u>	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO					
FINANCEIRO		24.741.217	18.934.661	24.743.543	18.939.504
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	21	(12.852.749)	(13.714.799)	(12.852.804)	(13.714.945)
Juros sobre o capital próprio	18	(7.735.865)	(6.704.931)	(7.735.865)	(6.704.931)
Receitas financeiras	21	18.096.535	18,709,717	18.120.425	18.731.827
LUCRO OPERACIONAL		22.249.138	17.224.648	22.275.299	17.251.455
Imposto de renda e contribuição social correntes	10	(7.925.078)	(7.378.951)	(7.951.239)	(7.405.758)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	228.292	1.203.431	228.292	1,203,431
LUCRO ANTES DA REVERSÃO DE JUROS		14.552.352	11.049.128	14.552.352	11.049.128
Reversão de juros sobre o capital próprio		7.735.865	6.704.931	7.735,865	6,704.931
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		22.288.217	17.754.059	22.288.217	17.754.059
Lucro líquido por ação	18,a	2,28743	1,81900	2,28743	1,81900

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES - (Em Reais)

	Nota	Controladora	- CPCs	Consolidado -	- IFRS
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício		22.288.217	17.754.059	22.288.217	17.754.059
Outros resultados abrangentes	12,b	1.234.630	2.610.684	1.234.630	2.610.684
Resultado abrangente do período		23.522.847	20.364.743	23.522.847	20.364.743
Atribuído a sócios da empresa controladora		-	-	23.522.847	20.364,743

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em Reais)

				vas de lucros	_	Outros		
	Capital social	Legal	Retenção de lucros	a Realizar	Ações em tesouraria	resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	100.000,000	6.592.550	19.398.428	7.373.292	(12.931)	23.310.305	-	156.661,644
Dividendos complementares			(1.547.705)					(1.547.705)
Lucro líquido do exercício							17.754.053	17.754.059
Custo atribuí do realizado						(2.610.684)	2.610.684	
Realização de reserva de lucros a realizar				(173.412)			173,412	
Destinação proposta à Assembléia Geral:								
. Pleserva legal		887.703					(887.703)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio							(6.704.931)	(6.704.931)
Fletenção de lucros			12.945.521				(12.945.521)	
Ações em tesouraria					[99.848]			(99.848)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	100,000,000	7.480.253	30.796.244	7.199.880	(112.779)	20.699.621		166.063.219
Reservão de dividendos e JSCP			235.793					235.793
Dividendos complementares			(2.063.029)					(2.063.029)
Ações em tesouraria					(326.099)			(326.099)
Lucro líquido do exercício							22.288.217	22.288.217
Custo atribuído realizado						(1.234.630)	1.234.630	
Realização de reserva de lucros a realizar				(198.956)			198.956	
Destinação proposta à Assembléia Geral:								
.Fleserva legal		1.114.411					(1.114.411)	
Dividendos e juros sobre o capital próprio							(7.735.865)	(7.735.865)
Fletenção de lucros			14.871.527				[14.871.527]	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	100.000.000	8.594.664	43.840.535	7.000.924	(438.878)	19.464.991	_	178.462.236

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (Em Reais)

_	Controladora - CPCs		Cons	olidado - IFRS
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	22.288.217	17.754.059	22.288.217	17.754.059
Ajustes para conciliar o resultado ás disponibilidades geradas				
pelas atividades operacionais:				
- Depreciação	6.162.832	7.636.709	6.399.877	7.851.083
 Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos 	2.782.809	5.212.279	2.782.809	5.212.279
- Equivalência patrimonial	(87.144)	82.933		
 Valor residual de ativos n\u00e3o circulantes 	151.740	627.698	151.740	627.698
- Dividendos a receber	20.696			
Disponibilidades brutas antes das mudanças no capital de giro	31.319.150	31.313.678	31.622.643	31.445.119
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	541.899	1.323.599	541.899	1.323.599
(Aumento)/Redução em contas a receber	(6.226.747)	(3.389.705)	(6.229.902)	(3.385.605)
(Aumento)/Redução nos estoques	9.860.582	(12.103.086)	9.860.582	(12.103.086)
(Aumento)/Redução em impostos a recuperar	(625.444)	(6.364.597)	(625.444)	(6.364.597)
(Aumento)/Redução em outras contas a receber	656.820	1.530.743	681.655	1.526.604
(Aumento)/Redução nas despesas antecipadas	8.729	(47.936)	8.729	(47.936)
Aumentol(Redução) em fornecedores	(551.534)	(10.138)	(551.225)	(10.624)
Aumento/(Redução) em salários e encargos sociais	(802.415)	679.387	(805.226)	671.150
Aumento/(Redução) nos impostos a recolher	187,788	(1.173.348)	178.604	(1.167.005)
Aumento/(Redução) na provisão de férias e encargos sociais	(185.629)	663.938	(191.946)	670.716
Aumento/(Redução) IR e CSLL	(385.297)	(73.339)	(371.651)	(73.339)
Aumentoř(Redução) nas participações a pagar	531.845	(557.602)	531.845 227.958	(557.602) 47.196
Aumento/(Redução) nas comissões e fretes s/ vendas	227.958 698.064	47.196 (673.566)	227.958 698.064	(674,020)
Aumentoi(Redução) em outras contas a pagar	35.255.765	11.165.224	35,576,585	11.366.576
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	33,233,763	11.103.224	33.376.383	72.300.370
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
No realizável a longo prazo	(746.642)	(592,320)	(746.642)	(592.320)
No imobilizado	(6.167.506)	(5.975.864)	(6.325.172)	(6.055.472)
Ações em tesouraria	(326.099)	[99.848]	(326.099)	(99.848)
Reversão de dividendos e JSCP	235.793	, , ,	235.793	, ,
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	(7.004.454)	[6.668.632]	(7.162.126)	(6.747.646)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Acréscimo (decréscimo) do exigível de longo prazo	442.662	(649.851)	442.662	(649.851)
Empréstimos e financiamentos obtidos	52,257,048	69.622.214	52.257.048	69.622.214
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(92.371.765)	(48.595.153)	(92.371.765)	(48.595.153)
	(9.798.894)		(9.798.894)	(14.111.066)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de financiamentos	[48.476.848]	(14.100.753) 6.276.457	[48.476.545]	6.266.144
	,		,	
Aumento (Diminuição) líquido de caixa e equivalentes à caixa	(21.219.634)	10.773.649	(21.056.484)	10.819.074
Caiza e equivalentes à caiza no começo do período	95.093.147	84.319.498	95.342.077	84.523.003
Caixa e equivalentes à caixa no fim do período	73 873 513	95 093 147	74.285.593	95.342.077

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - (Em Reais)

	Controladora - CPCs		Consolidad	o - IFRS	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
1-RECEITAS	267.696.713	251.730.566	267.938.219	251.825.223	
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	267.882.551	251,745,432	268.078.057	251.840.089	
1.2) Provisão pl devedores duvidosos - Reversão/(Constituição)	(119.750)	(14.866)	(119.750)	(14.866)	
1.3) Não Operacionais	(66.088)		(20.088)		
1.4) Ajuste do valor justo de ativo biológico					
2 · INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	176.077.386	172.827.812	175.855.263	172.664.061	
2.1) Matérias-primas consumidas	143.047.748	142.716.786	142.604.809	142.379.261	
2.2) Gastos gerais de fabricação	13.623.691	12.016.025	13.623.691	12.016.025	
2.3) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (adm/ven)	19.405.947	18.095.001	19.626.763	18.268.775	
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	91.619.327	78.902.754	92.082.956	79.161.162	
4-RETENÇÕES	6.159.835	7.351.242	6.396.880	7.565.620	
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	6.159.835	7.351.242	6.396.880	7.565.620	
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTI- DADE (3-4)	85.459.492	71.551.512	85.686.076	71.595.542	
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	18.148.443	18.424.709	18.085.190	18.529.752	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	87.144	(82.933)			
6.2) Receitas financeiras	18.061.299	18.507.642	18.085.190	18.529.752	
7 - YALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	103.607.935	89.976.221	103.771.266	90.125.294	
8 - DISTRIBUIÇÃO DO YALOR ADICIONADO	103.607.935	89.976.221	103.771.266	90.125.294	
8.1) Pessoal	45.169.364	39.952.634	45.243.157	40.024.184	
- Remuneração direta	38.183.099	34.194.438	38.245.461	34.257.152	
- Beneficios	4.472.684	3.596.439	4.472.684	3,596,439	
- FGTS	2.513.581	2.161.757	2.525.012	2.170.593	
8.2) Impostos, contribuições e taxas	23.339.434	18.598.801	23.428.917	18.676.178	
- Federais	22.725.783	18.032.123	22.812.435	18.106.803	
- Estaduais	559.928	528.290	562.403	530.653	
- Municipais	53.723	38.388	54.079	38.722	
8.3) Variações cambiais e juros	12.810.920	13.670.727	12.810.975	13.670.873	
- Juros	2.978.885	2.759.827	2.978.910	2.759.827	
- Outras	9.832.035	10.910.900	9.832.065	10.911.046	
8.4) Juros si capital próprio e dividendos	7.735.865	6.704.931	7.735.865	6.704.931	
8.5) Lucros retidos/prejuízo do exercício	14.552.352	11.049.128	14.552.352	11.049.128	

ESTOQUES DO EXERCÍCIO - (Em Reais)

	CONSO	CONSOLIDADO		
	2012	2011		
Produtos acabados	12.079.411	12.013.959		
Produtos em processo	7.348.862	10.444.469		
Matérias-primas	9.692.967	17.205.434		
Materiais secundários	6.324.051	5.225.013		
Materiais de manutenção	2.011.300	1.739.673		
Importação em andamento	288.102	387.069		
Adiantamento a fornecedores	239.555	829.213		
	27 004 240	47 944 92 0		

PÁGINA: 12 de 38

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações do emissor em especial

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Metisa obteve uma receita operacional bruta de R\$ 267.882,5 mil, com a comercialização de 50.002 toneladas de produtos. Analisando-se esse desempenho, comparativamente ao ano de 2011, registra-se uma queda de 0,8% na quantidade vendida e um acréscimo de 6,4% na receita operacional bruta, crescimento esse que foi consequência da desvalorização do Real frente ao dólar norte-americano, com efeito direto sobre as exportações.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No exercício de 2012, a Metisa auferiu um lucro líquido de R\$22.288,2mil, correspondente a 9,9% da receita operacional líquida e que representou uma rentabilidade de 13,4% sobre o patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2011, correspondendo a um resultado de R\$2,29 por ação.

Esse resultado é 25,5% maior que R\$17.754,1mil obtidos em 2011. Essa melhora do resultado é decorrente dos esforços realizados para obtenção de um melhor mix de vendas direcionadas ao mercado externo, aliado, principalmente, ao impacto da desvalorização do Real nas margens deixadas pelas exportações.

b) Variações das receitas atribuíveis a variação de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os aspectos relativos a este item, acham-se descritos nos itens precedentes.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Em relação aos impactos relacionados neste item, seus efeitos acham-se descritos nos itens precedentes.

PÁGINA: 13 de 38

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3.a. Introdução ou Alienação do Segmento Operacional Não se aplica a Companhia.

10.3.b. Aquisição ou Alienação de Participação Societária Não se aplica a Companhia.

10.3.c. Eventos ou Operações Não Usuais Não se aplica a Companhia.

As políticas contábeis descritas, em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas desde a preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 01 de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas IFRS e normas CPC, exceto nos casos indicados em contrário, conforme segue:

a.1) Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); - As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP, uma vez que essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 13 de março de 2013.

a.2) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais mensurados pelo valor justo:

- os ativos biológicos da controlada; e
- determinados ativos do imobilizado da controladora.

a.3) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

a.4) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas BR GAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas.

a.5) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da METISA Metalúrgica Timboense S/A, e sua controlada METISA Florestal e Energética S/A, conforme Nota 11, que adota políticas contábeis alinhadas com a controladora.

Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação da participação da controladora no patrimônio líquido da entidade controlada; e

- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidência de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

a.6) Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real conforme as normas descritas na Deliberação CVM nº 640 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21).

Operações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio da data de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

a.7) Instrumentos financeiros

a.7.1 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia descontinua um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem recebíveis e outras contas de ativos financeiros não derivativos. Recebíveis e outras contas são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, recebíveis e outras contas são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis e outras contas abrangem clientes e outros créditos.

a.7.2 Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia são constituídos de empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, que são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis.

a.7.3 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém uma carteira de ações de empresas de capital aberto. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado do exercício.

a.8) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curtíssimo prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

a.9) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. A Companhia tem como política manter um prazo de financiamento das contas a receber a curto prazo, justificando assim, a não necessidade de cálculo de ajuste a valor presente.

a.10) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

a.11) Ativos biológicos

Os ativos biológicos da controlada são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados para venda no momento do corte, sendo que sua exaustão é calculada no momento do corte da madeira. Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucaliptus e pinnus provenientes de plantios planejados e renováveis e são destinados substancialmente para comercialização com clientes localizados na região da METISA Florestal e Energética S/A. Na determinação do valor justo, foi utilizado o valor de mercado ativo, considerando sua localização e condições atuais e os preços cotados nesse mercado, conforme preconizado no CPC 29 – Ativo Biológico.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos, por ocasião de sua avaliação é reconhecido no resultado do período em que ocorrem, numa rubrica específica da demonstração do resultado, denominada "ajuste do valor justo do ativo biológico". O aumento ou diminuição do valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos no início e no final do período avaliado.

A contrapartida do valor justo dos ativos biológicos do início do período foi reconhecido e mantido na reservas de lucros retidos no patrimônio líquido, até sua efetiva realização financeira pelo corte da madeira, quando será transferida para lucros acumulados para destinação.

A determinação do valor justo foi realizada no exercício de 2010, sendo entendimento da administração que o ativo biológico se encontra em pleno desenvolvimento refletindo, no mínimo, os valores constantes nos registros contábeis. A administração pretende realizar nova avaliação do valor justo no exercício de 2013.

a.12) Imobilizado

a.12.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

A Companhia fez a opção de utilizar o custo atribuído para valorização de determinados bens do seu ativo imobilizado em função de que esses, tais como apresentados conforme as práticas contábeis anteriores, não atendiam a alguns requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27 (IAS 16), em função principalmente de que são ativos que extrapolaram sua vida útil inicial, todavia continuam gerando benefícios econômicos futuros.

Adicionalmente, em 2010 a Companhia realizou a reavaliação da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado, objetivando adequar os custos de depreciação à expectativa de obtenção de benefícios econômicos futuros com esses bens. O levantamento foi realizado mediante contratação de empresa especializada, a qual emitiu laudo técnico sobre a reavaliação.

a.12.2 Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

a.12.3 Custos subsequentes

O custo de reposição ou de manutenção (reforma) de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

a.13) Redução ao valor recuperável (Impairment)

a.13.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda

teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subseqüente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

a.13.2 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

a.14) Arrendamento mercantil

A Companhia possui contratos de aquisição de veículos com instituições financeiras. A Companhia avaliou esses contratos e os classificou como arrendamento mercantil operacional, já que não transfere substancialmente os riscos e benefícios do ativo alugado ao arrendatário.

a.15) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou operacional que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

a.16) Capital social

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

a.17) Receita operacional - Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possa ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de

maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

a.18) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variação cambial e outras receitas diversas. As receitas de juros e variação cambial são reconhecidas diretamente no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias, variação cambial, despesas com juros sobre empréstimos e encargos financeiros sobre tributos. As despesas de juros e variação cambial são reconhecidas diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através dos juros efetivos.

a.19 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mil mensais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos, que são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, calculado às alíquotas vigentes na data da apresentação.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis vigentes até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Lei nº 11.941/09. O exercício de opção foi manifestado, de forma irretratável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009. O RTT permite neutralizar o efeito tributário corrente sobre as contas do resultado que passaram a ter tratamentos diferentes sob a legislação fiscal e a nova legislação societária.

a.20) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, com base no estatuto social e legislação aplicável, excluindo as ações mantidas em tesouraria.

a.21) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. A Companhia possui um único segmento

de negócio: a produção e comercialização de ferramentas fabricadas em aço para implementos agrícolas, construção civil e outros.

a.22) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

a.22.1 Contas a receber de clientes e outros créditos

As contas a receber e outras contas encontram-se apresentadas pelos seus valores justos de entrada de fluxo de caixa.

a.22.2 Derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

a.22.3 Passivos financeiros não derivativos

As contas a pagar e outras contas encontram-se apresentadas pelos seus valores justos nominais.

a.23) Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração das aplicações		Controladora		Consolidado
		2012	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Caixa e Bancos		792.883	580.409	794.364	601.369
Aplicações Financeiras em Certificados de Depósito Bancário	Vinculada à variação do CDI	73.080.630	94.512.738	73.491.229	94.740.708
		73.873.513	95.093.147	74.285.593	95.342.077

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa.

a.24) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se a uma carteira composta por ações classificada como ativos financeiros que a Companhia mantém para negociação.

Conforme IAS 39 (CPC 38, 39 e 40), os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados na categoria de mensurado ao valor justo por meio do resultado. Tratam-se de ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. São contabilizadas no resultado as variações de valor justo e os saldos são demonstrados ao valor justo.

Os títulos mantidos pela Companhia estão assim distribuídos:

	Controla	dora e Consolidado
	2012	<u>2011</u>
BMFBovespa (BVMF3)	-	107.800
Gerdau S.A. (GGBR4)	21.516	-
HTR Petróleo (HRTP3)	94.600	-
OGX (OGXP3)	394.200	817.200
Petrobras S.A. (PETR4)	2.422.441	2.217.080
Venda de opções – Petrobrás	(3.889)	-
Vale S.A. (Vale5)	5.571.951	5.900.546
Venda de opções – Vale	(5.676)	(5.584)
	8.495.143	9.037.042

a.25) Contas a receber de clientes

		Controladora		Consolidado		
	2012	<u>2011</u>	2012	<u>2011</u>		
Mercado interno	21.892.441	19.738.099	21.898.584	19.741.087		
Mercado externo	23.637.923	19.652.585	23.637.923	19.652.585		
(-) Provisão para riscos de créditos de liquidação duvidosa	(568.024)	(655.091)	(568.024)	(655.091)		
	4.962.340	38.735.593	44.968.483	38.738.581		

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber é divulgada na Nota 24.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em bases consideradas suficientes para fazer face as eventuais perdas na realização de créditos, tendo como base os títulos vencidos há mais de 90 dias no mercado interno e 180 dias no mercado externo.

a.26) Estoques

	<u>Controladora</u>	e Consolidado
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Produtos acabados	12.079.411	12.013.959
Produtos em processo	7.348.862	10.444.469
Matérias-primas	9.692.967	17.205.434
Materiais secundários	6.324.051	5.225.013
Materiais de manutenção	2.011.300	1.739.673
Importação em andamento	288.102	387.069
Adiantamento a fornecedores	239.555	829.213
	37.984.248	47.844.830

a.27) Impostos a recuperar

	<u>Controlador</u>	a e Consolidado
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
ICMS (i)	4.946.668	4.626.134
IRPJ (ii)	2.334.785	1.263.618
CSLL (ii)	1.228.048	2.245.419
PIS/COFINS	-	297.558
REINTEGRA	533.275	-
Outros Tributos	24.208	8.811
	9.066.984	8.441.540

(i)Refere-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), oriundo de aquisições de matérias primas e insumos, e não compensado em sua totalidade com o ICMS gerado em suas vendas de mercadorias no mercado nacional, pendente de liberação pela Fazenda Estadual para transferência para fornecedores da Companhia.

(ii)Refere-se à antecipação de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, calculada durante o exercício de 2012 com base na estimativa mensal, que excedeu ao ajuste anual.

a.28) Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Adiantamento de férias e salário	843.903	1.024.302	843.903	1.024.302
Adiantamento a fornecedores	845.310	775.991	845.310	775.991
Cessões de créditos de ICMS (i)	866.889	1.408.877	866.889	1.408.877
Outros valores	251.700	255.452	231.004	259.591
	2.807.802	3.464.622	2.787.106	3.468.761

(i) Referem-se a créditos de ICMS liberados pela Fazenda Estadual e transferidos para fornecedores da Companhia

a.29) Outros créditos de longo prazo

	Cont	roladora e Consolidado
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Depósitos judiciais (i)	1.379.624	833.639
Incentivos fiscais	260.013	260.013
Empréstimos compulsórios	96.895	96.895
	1.736.532	1.190.547

(i)Referem-se a depósitos para garantir a execução de demandas judiciais, de natureza cível, tributária e trabalhista, cujas provisões estão devidamente reconhecidas no passivo, assim constituídos:

	Controladora e Consolidad	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Cíveis	47.972	47.972
Tributários	1.318.673	764.577
Trabalhistas	12.979	21.090
	1.379.624	833.639

a.30) Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL)

A conciliação do Imposto de Renda - IR e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, está apresentada como segue:

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
IR e CSL correntes	(7.925.078)	(7.378.951)	(7.951.239)	(7.405.758)
IR e CSL diferidos	228.292	1.203.431	228.292	1.203.431

a.30.1 Impostos correntes

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (controladora e consolidado) a Companhia não apresentava prejuízos fiscais bem como base negativa de contribuição social.

a.30.2 Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções de resultados tributáveis são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Empresa.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controlador	a e Consolidado
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
- Sobre adições temporárias	200.657	597.241
- Sobre depreciação custo atribuído	635.988	1.310.114
- Sobre diferença de depreciação nova vida útil	(780.222)	(777.211)
- Sobre realização depreciação nova vida útil	172.593	-
- Sobre diferença de valor residual	(724)	73.287
	228.292	1.203.431

O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre adições temporárias tem a seguinte composição:

	Controladora e Consolidad			a e Consolidado
		2012		<u>2011</u>
Adições temporárias:	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
- Provisão para perdas em Eletrobrás	387.580	387.580	387.580	387.580
- Contingências trabalhistas	225.000	225.000	140.000	140.000
- Contingências cíveis	197.972	197.972	197.972	197.972
- Comissão sobre vendas	1.165.584	1.165.584	1.273.889	1.273.889
- Provisão para devedores duvidosos	568.024	568.024	655.092	655.092
- Perdas incorridas no merc. de renda variável	-	3.451.960	-	2.499.227
Base de cálculo	2.544.160	5.996.120	2.654.533	5.153.760
Alíquotas	9%	25%	9%	25%
Imposto diferido	228.975	1.499.030	238.908	1.288.440

A Administração considera que os impostos diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

a.30.3 Impostos diferidos de longo prazo

O imposto de renda e a contribuição social de longo prazo foram determinados pela aplicação da alíquota combinada de 34% sobre custo atribuído apurado e diferença de depreciação entre o critério fiscal e a nova vida útil, estão demonstrados conforme a seguir:

Saldo em 31/12/2011	11.116.674
(-) Valor transferido para o passivo circulante	(423.283)
(+) Diferença de depreciação nova vida útil	780.221
(+) Diferença valor residual de ativos não circulantes	724
Saldo em 31/12/2012	11.474.336

a.31) Investimentos

Abaixo demonstramos um sumário das informações da controlada e o resultado de equivalência patrimonial apurado durante o exercício:

	METISA Florestal e	Energética S.A.
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Capital social realizado	1.905.000	1.905.000
Patrimônio líquido	10.256.538	10.190.090
Total de ativo e passivo	10.296.718	10.213.931
Receitas líquidas de vendas	596.947	404.090
Percentual de participação		
.No capital votante	100%	100%
.No capital total	100%	100%
Resultado do exercício da controlada	87.144	(82.933)
Resultado de equivalência patrimonial contabilizada na controladora	87.144	(82.933)
Saldo do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial	10.256.538	10.190.090
Outros investimentos avaliados pelo custo	160.000	160.000
Saldo de investimentos	10.416.538	10.350.090

a.32) Ativo imobilizado

a.32.1 Saldos e movimentação do custo e depreciação:

A movimentação do imobilizado é demonstrada conforme a seguir:

					Controladora
	<u>Saldo em</u> 31/12/2011	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	Transferências	<u>Saldo em</u> 31/12/2012
Terrenos	10.309.747	-	-	-	10.309.747
Edifícios e construções	28.689.534	-	-	690.504	29.380.038
Móveis e utensílios	4.216.501	226.311	(1.204.816)	134.140	3.372.136
Veículos	1.017.423	46.206	(167.938)	-	895.691
Máquinas e equipamentos	93.154.499	812.787	(21.270)	3.221.392	97.167.408
Imobilizações em andamento	4.887.378	5.082.202	(4.925)	(4.046.036)	5.918.619
Depreciações acumuladas	(71.556.492)	(6.162.832)	1.247.209	-	(76.472.115)
	70.718.590	4.674	(151.740)	-	70.571.524

					Consolidado
	<u>Saldo em</u> 31/12/2011	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo em</u> 31/12/2012
Terrenos	11.155.359	-	-	-	11.155.359
Reflorestamento	9.225.125	- [(182.191)	-	9.042.934
Edifícios e construções	28.903.719	-	-	690.504	29.594.223
Móveis e utensílios	4.236.115	226.311	(1.204.816)	134.140	3.391.750
Veículos	1.098.810	135.295	(241.324)	-	992.781
Máquinas e equipamentos	93.185.448	815.587	(21.270)	3.221.392	97.201.157
Imobilizações em andamento	5.295.258	5.147.979	(4.925)		6.392.276
Depreciações a cumuladas	(72.423.370)	(6.399.877)	1.502.786	-	(77.320.461)
	80.676.464	(74.705)	(151.740)	-	80.450.019

As depreciações em 31 de dezembro de 2012, da Controladora, totalizaram R\$ 6.162.832 (R\$ 7.636.709 em 2011). Desse total, R\$ 6.091.888 (R\$ 7.266.783 em 2011) foram reconhecidos no custo de produção e o restante diretamente no resultado do exercício.

a.33) Empréstimos e financiamentos

Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo estão apresentados abaixo:

Modalidade	Encargos Financeiros	2012	<u>2011</u>
Ativo imobilizado	TJLP + juros de até 1,80% a.a.	181.602	1.538.574
Ativo imobilizado	Juros de até 5,50% a.a.	282.789	381.883
Capital de giro	Juros de até 4,50% a.a.	26.946.504	57.644.473
Capital de giro	VC + juros de até 3,00% a.a	21.785.478	26.963.351
Total dos empréstimos		49.196.373	86.528.281
Circulante		(49.003.595)	(58.847.125)
Não Circulante		192.778	27.681.156

As parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de	<u>2012</u>	<u>2011</u>
vencimento:		
2013	-	27.413.547
2014	108.178	183.009
2015	84.600	84.600
	192.778	27.681.156

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais. Os contratos de empréstimos bancários e financiamentos não possuem cláusulas restritivas ao descumprimento de metas (covenants).

a.34) Impostos a recolher

		Controladora		Consolidado
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
IRPJ e CSLL	887.395	1.272.692	901.041	1.281.051
ICMS	105.282	103.579	105.282	103.579
IPI	342.096	304.887	342.096	304.887
PIS	14.459	-	14.616	163
***************************************	74.384	-	75.108	753
IRRF	769.504	710.592	769.601	710.764
Outros tributos	8.281	7.160	8.281	7.875
***************************************	2.201.401	2.398.910	2.216.025	2.409.072

a.35) Participações de empregados

O acordo com os funcionários prevê a distribuição de até 10% do lucro após os impostos, sendo 4,5% fixos e 5,5% variáveis de acordo com as metas atingidas.

a.36) Partes Relacionadas

A remuneração da administração, bem como as operações entre a Companhia e a controlada foram realizadas conforme a seguir.

a.36.1 Participação dos administradores

A Companhia provê a seus administradores, remuneração fixa e variável.

Os montantes referentes à remuneração, representado por seu conselho de administração e diretores estatutários, estão apresentados a seguir:

	Controladora			Consolidado
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Remuneração fixa	4.727.290	4.472.010		4.516.810
Remuneração variável	1.981.888		1.981.888	2.307.880

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos anualmente, admitida a reeleição.

a.36.2 Operações com partes relacionadas

Compras de controlada

As transações de compra de serviços e insumos são efetuadas em condições de preços e prazo equivalentes às transações efetuadas com terceiros não relacionados e podem ser resumidas como segue:

	2012	<u>2011</u>
Fornecimento de Serviços:		
- PARTBANK S.A.	362.590	339.200
- Ricardo Teixeira Mendes	198.022	185.250
- Elite CCVM Ltda	16.635	38.829
Fornecimento de produtos e insumos:		
- METISA Florestal e Energética S.A	442.939	337.525
- <u>Eletromeca</u> Metalúrgica Casagrande Ltda	44.791	81.123

a.37) Provisões para contingências

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

Para as contingências consideradas pelos assessores jurídicos da Companhia como perda provável, foram constituídas provisões. A Companhia acredita que as provisões constituídas, conforme apresentadas abaixo, são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e custas.

Controladora e Consolidado			
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	
Obrigações cíveis	197.972	197.972	
Obrigações tributárias (i)	2.450.081	2.450.081	
Obrigações trabalhistas (ii)	225.000	140.000	
	2.873.053	2.788.053	

(i)Tributárias - referem-se às discussões judiciais relativas ao PIS e INSS (PIS e INSS, em 31/12/2011), para os quais há depósitos judiciais no montante de R\$ 1.318.673 (R\$ 764.577 – em 31/12/2011).

(ii)Trabalhistas - consistem em diversas matérias relacionadas a área trabalhista. Para estes processos existem depósitos judiciais no montante total de R\$ 12.979 (R\$ 21.090 em 31/12/2011).

a.38) Patrimônio líquido

a.38.1 Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2012, é composto por 4.212.530 ações ordinárias e 5.551.953 ações preferenciais (4.212.530 ações ordinárias e 5.551.953 ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2011), totalmente subscrito e integralizado, todas sem valor nominal. A

companhia mantém em tesouraria 20.720 ações preferenciais de sua emissão (4.120 ações em 31 de dezembro de 2011).

a.38.2 Dividendos e juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração, em 07 de novembro de 2012, aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio, calculados na forma da lei e em consonância com as disposições estatutárias, representando valores brutos, de R\$ 0,8250 por ação preferencial e R\$ 0,7500 por ação ordinária, para pagamento em 20/12/2012, cujo montante foi assim determinado:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido do exercício	22.288.217	17.754.059
Reserva legal	(1.114.411)	(887.703)
Lucro líquido ajustado	21.173.806	16.866.356
Juros sobre o capital próprio	7.735.865	6.704.931
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	36,54%	39,75%

a.38.3 Reservas de lucros

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

- Retenção de lucros

Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal, da proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro.

O saldo remanescente do lucro líquido, no montante de R\$ 13.437.941, será mantido em conta de reserva de lucros, para futuros investimentos e manutenção do capital de giro, conforme orçamento de capital.

Aos Acionistas é assegurada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade no direito ao recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de pelo menos 10 % (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

a.39) Despesas com vendas

	Controladora /Consolidad	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Despesas variáveis de vendas	19.651.441	18.302.809
Despesas com pessoal	4.117.446	3.638.942
Despesas com propaganda e publicidade	1.015.492	1.006.741
Despesas com viagens	376.647	200.558
Despesas c/ serviços de terceiros	309.458	221.766
Provisão para devedores duvidosos	154.986	216.941
Outras despesas	720.067	669.575
	26.345.537	24.317.332

⁻ Legal

a.40) Despesas administrativas e gerais

	Controladora			Consolidado	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>	
Despesas com pessoal	3.700.296	4.067.690	3.711.808	4.077.958	
Despesas c/ serviços de terceiros	1.524.156	813.161	1.528.405	818.431	
Honorários conselho fiscal	258.000	240.140	258.000	240.140	
Honorários dos Administradores	4.727.290	4.472.010	4.777.382	4.516.810	
Participação no lucro dos empregados	1.311.982	1.265.035	1.311.982	1.265.035	
Participação no lucro dos Administradores	2.466.786	1.981.888	2.466.786	1.981.888	
Gastos c/ materiais gerais	563.150	655.839	575.519	694.321	
Outras despesas	2.489.651	2.182.638	2.527.575	2.213.753	
	17.041.311	15.678.401	17.157.457	15.808.336	

a.41) Resultado financeiro

Receitas Financeiras		Controladora		Consolidado
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Juros de mora	652.352	515.577	652.407	515.577
Descontos	77.445	83.301	77.445	83.301
Dividendos	346.617	536.859	346.617	536.859
Variações cambiais de exportação	7.043.428	6.773.207	7.043.428	6.773.207
Receita de títulos e valores mobiliários	2.301.646	660.395	2.301.646	660.395
Receita aplicações financeiras	7.389.387	9.480.160	7.413.222	9.502.270
Outras variações monetárias	250.424	458.143	250.424	458.143
Reversão de perdas com contas a receber	35.236	202.075	35.236	202.075
	18.096.535	18.709.717	18.120.425	18.731.827

		Controladora	Consolidado	
Despesas Financeiras	2012	<u>2011</u>	2012	<u>2011</u>
IOF	19.708	14.109	19.708	14.109
PIS/COFINS	22.122	29.963	22.122	29.963
Juros	2.978.885	2.759.827	2.978.885	2.759.827
Despesas bancárias	175.931	245.180	175.956	245.315
Descontos/deságios	70.845	25.190	70.875	25.201
Variações cambiais	6.474.558	7.437.728	6.474.558	7.437.728
Perdas com títulos e valores mobiliários	3.110.700	3.159.622	3.110.700	3.159.622
	12.852.749	13.714.799	12.852.804	13.714.945

· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·				
Resultado financeiro líquido	5.243.786	4 004 019	E 267 621	E 016 002
Resultado financeiro liquido	3.243.700	4.334.310	5.207.021	2.010.882
•			1	

a.42) Lucro líquido por ação

Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, excluindo as ações mantidas em tesouraria.

a.43) Segmentos operacionais

A Companhia atua no segmento metalúrgico, produzindo artefatos de aço para diversos usos, entre os quais se destacam peças de penetração no solo, utilizadas por máquinas de terraplanagem, peças para máquinas e implementos agrícolas, entre os quais sobressaem os discos para uso em tais equipamentos e lâminas para corte de pedras. A Companhia, ainda, produz diversos outros artefatos, tais como talas de junção para trilhos ferroviários, pás e cavadeiras, peças para implementos rodoviários e arruelas. As instalações industriais da Companhia são extremamente versáteis e um mesmo conjunto de equipamentos pode fabricar materiais que integram "linhas de produtos" diferentes. As linhas de produtos são definidas em função de seu uso e correspondente mercado, não se constituindo em setores fabris separados e bem identificados, e para os quais se possam desenvolver demonstrações financeiras individualizadas. Em decorrência, a Companhia explora um único "segmento operacional".

a.44) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a.44.1 Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras, foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a.44.2 Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito, análise do contas a receber por vencimento e as garantias.

a.44.3 Exposição a riscos de créditos

O valor contábil dos ativos financeiros , representam a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras é assim composto:

		Consolidado
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Contas a receber	45.536.507	39.393.672
Outras contas a receber	2.787.106	3.468.761
Caixa e equivalentes de caixa	74.285.593	95.342.077
Títulos e valores mobiliários	8.495.143	9.037.042

a.44.4 Perdas por redução no valor recuperável

O contas a receber, na data das demonstrações financeiras, tem a seguinte posição por vencimento:

		Consolidado		
	<u>2012</u>	<u>2011</u>		
Avencer	38.147.056	33.438.325		
Vencidos:				
De_O a 30 dias	4.625.288	3.690.674		
De_31 a 90 dias	946.751	1.285.302		
De_91 a 180 dias	1.595.484	448.631		
De_,181 a 360 dias	93.592	89.915		
Acima de 360 dias	128.336	440.825		
	45.536.507	39.393.672		

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado (Nota 19). Quando não existe expectativa de recuperação de numerário, os valores creditados lançados na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" são revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

- Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

- Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado de matérias primas e insumos utilizadas no processo de produção, principalmente o preço do aço. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques reguladores desta matéria-prima.

- Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (Notas 3 e 4) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os valores equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

- Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia nas contas a receber advindas de vendas ao mercado externo (Nota 5).

- Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

a.44.5 Instrumentos financeiros

Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis estão apresentados no balanço patrimonial nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curtíssimo prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.
- Títulos e valores mobiliários Tratam-se de ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. São contabilizadas no resultado as variações de valor justo e os saldos são demonstrados ao valor justo.
- Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar Decorrem diretamente das operações da Companhia e controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas quando aplicável. Empréstimos e financiamentos São classificados como passivos financeiros considerado valor justo de acordo com as condições contratuais. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes específicas para financiamento.

a.44.6 Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento.

a.45) Análise de sensibilidade

a.45.1 Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

a.45.2 Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras.

a.46) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

a.47) Cobertura de seguros

De acordo com a natureza de suas atividades e considerando as medidas preventivas adotadas em caráter permanente, a Companhia mantém seguros contratados, no valor de R\$ 26.672.205, com base na característica dos bens. Esse montante de cobertura é considerado suficiente pelos Administradores da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e os normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas neste Formulário em seu item 10.4.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Os Administradores da Companhia acreditam que o grau de eficiência dos controles internos são adequados e que sejam capazes de assegurar a confiabilidade na elaboração das Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas.

O relatório do Auditor Independente, sobre as Demonstrações Financeiras, não apontou deficiências ou recomendações no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

Não aplicável ao Emissor.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Não se aplica ao Emissor.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não se aplica ao Emissor.